Informativo da Sociedade Canoa de Tolda e do Baixo São Francisco

A MARGEM

Ano 4/no. 2 - R$1,00
Mai/Jun de 2009



BARRAGEM DE PÃO DE AÇÚCAR

Os "pilotos do rio" estão quietos mas, depois da transposição, tudo é possível pag.

A solução holandesa de Piranhas de Baixo

A dificuldade em ter acesso aos documentos do projeto

"...aqui em Piaçabuçu, já não tem quase mata, derrubaram tudo...o cambuí, resta pouco, o povo tira tudo, não deixa ne
unzinho, prá gente comer, e depois brojar pela aí...outras frutinhas também, não tem mais...assim, atrás d'uma coisi
para encher a barriga, vim bater nessa cozinha aqui na cidade...virei tudo, comi umas bananas, furei um mamão ma
fazer o que?...inda bem o donos da casa ficaro me oiando e deixaro eu sair com calma..."

Saruê de Piaç

RIO SÃO FRANCISCO

Prosa com vosmecê

Mais um rojão, e mais uma edição do A Margem chegando aí. Sempre que possível, vamos melhorando este jornal para que possa levar boa informação ao maior número possível de pessoas de nossa região. Uma das principais dificuldades, além da montagem do jornal, é a distribuição. Ela é feita por nós, em viagem de três a quatro dias - com nossa tamanca - entre Piranhas e a foz, parando nos povoados onde temos apoio de colegas colaboradores. Mas ainda há falhas. Tentaremos concentrar a distribuição em pontos principais (nos povoados), com um maior número de exemplares, de onde haverá um repasse a outras pessoas, que assim levarão e/ou distribuirão o A Margem em seus povoados, escolas e associações. Nessa edição conseguimos também, era a idéia inicial, a impressão em papel reciclado. Fica um pouco mais caro, mas vale a pena e pode ser um bom exemplo.

Neste número insistimos, em nosso artigo de capa, num tema que há tempos incomoda as noites do povo aqui no Baixo: o mais do que polêmico projeto da Barragem de Pão de Açúcar. Sempre mal explicado, só aparece para a população, às vezes, via fofocas de feira, beira de rio, ou algum enviado de empresa dando entrevistas em rádios locais. Do governo federal, apenas o silêncio.

Mas, em tempos de exército tocando uma obra repudiada claramente, como a transposição deste rio, um projeto como o de Pão de Açúcar assombra, sim, o juízo de todos da margem. Ele dá todos os motivos para a mobilização e organização da sociedade: é discutir e proteger o futuro de todos nós e dos que virão depois.

Para não ficarmos apenas nos temas cabulosos, fomos conversar com um sujeito bacana, que pode estar na lembrança de muita gente: o S. Manoel do Cinema que, há tempos atrás, com seu fusca azul, rodava pelos centros e beiços de rio, passando filmes nos povoados e cidades.

E para ficar por aqui, reforçamos que o espaço do A Margem está aberto. Basta entrar em contato para enviar uma idéia, artigo, notícia, o que for do interesse das pessoas moradoras do Baixo São Francisco.

A capa

Montagem com uma foto de satélite do Baixo São Francisco e imagem de um dos anexos do estudo da CHESF, de 1986, com propostas de localização para a barragem de Pão de Açúcar. Os marcadores amarelos são nossos.



O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF. realizou, entre os dias 5 e 7 de maio, sua XIV Plenária na cidade baiana de Barreiras, no oeste da Bahia. Barreiras fica às margens do rio Grande, um dos principais afluentes do São Francisco, em seu trecho alto. Durante a reunião, foram discutidos temas como os índices que comporão os valores de cobrança pelo uso da água na Bacia do São Francisco. Mais uma vez notou-se a sistemática ausência dos prefeitos eleitos membros pelo Baixo São Francisco (de Alagoas e Sergipe), além de demais representantes da sociedade civil de nossa região.



Foto: Carlos E. Ribeiro Jr.

O Governo Federal não mede esforços nem recursos (públicos, de cada um de nós), quando o objetivo é enaltecer a transposição do rio São Francisco. Tampouco demonstra qualquer sensibilidade para com as angústias - todas mais do que bem fundadas - das populações ribeirinhas aqui do Baixo São Francisco as quais, por diversas vezes, já manifestaram seu repúdio ao projeto imposto por Brasília. Mais um exemplo, desta vez bem colorido, está na publicidade que foi recentemente veiculada em jornais da região, quase que página inteira. O mesmo texto, revoltante, foi passado em diversas rádios locais.



Foto: Reprodução Canoa de Tolda/Gazeta de Alagoas - 21/dez/2008

Temos, nesta propaganda, a vinculação de ações que são de responsabilidade básica do estado - como o saneamento básico, preservação ambiental - ao projeto, dando a impressão de que graças a este rolo compressor o rio São Francisco poderá ser, finalmente, recuperado. Trata-se de uma moeda de compra do apoio popular - que inexiste (todos se lembram bem das audiências públicas que não foram realizadas), que já nasce falsa, tendo talvez por detrás o pensamento de que somos todos incapazes de ver as coisas como de fato são. O Ceará esbrangindo água, não tendo onde armazenar, para ficarmos apenas no que é veiculado na mídia mais visível. Porém, nem o óbvio muda a prepotência anti-democrática vinda de riba que, com o rio São Francisco, tem carinho especial, quando se trata de anular os anseios das comunidades das margens. A presença do exército para dar início às obras da transposição significaria alguma coisa outra?

Mas, nem tudo está perdido. Na Bahia já está em curso uma ação, movida pelo Ministério Público Estadual, contra esta publicidade infame que, com nossos recursos, atenta contra a dignidade das comunidades ribeirinhas, o que é muito lamentável.

O presidente Lula e o ministro do Meio Ambiente Carlos Minc, assinaram o decreto que cria o Monumento Natural do rio São Francisco, acima da barragem de Xingó, no chamado cânion. O MONA, como é chamado, abrange áreas dos municípios de Piranhas, Olho d'Água do Casado e Delmiro Gouveia, em Alagoas, Paulo Afonso, na Bahia e Canindé do São Francisco em Sergipe. O decreto que o criou, em 5 de junho último, seria algo a se comemorar com foguetório? Friamente, com os pés no chão: não.

O porque? Mais uma vez a questão da situação crítica da foz do São Francisco é ignorada de forma contundente, justamente quando os conflitos de uso - e a devastação crescente, caminhando para o irreversível - ficam mais e mais intensos. A criação do MONA, não obedecendo às prioridades inadiáveis, como a APA da Foz do São Francisco, demonstra a ausência de uma política socioambiental que tenha um mínimo compromisso para com as gerações futuras, e a falta de coragem de, uma vez por todas, fazer valer o bom senso e a lei, que ali, na foz do rio, todos os dias é colocada em segundo plano.


Foto: Carlos Eduardo Ribeiro Jr./Canoa de Tolda

Expediente

COORDENAÇÃO PROJETO JORNAL A MARGEM
Carlos Eduardo Ribeiro Junior
REDAÇÃO E REVISÃO: Carlos Eduardo Ribeiro Junior, Paulo Paes de Andrade
CONCEPÇÃO GRÁFICA: Canoa de Tolda
CORRESPONDENTES: Antonio Felix Neto; Danieire F. de Medeiros,
APOIO DE SEDE: Daiane Fausto dos Santos
LOGÍSTICA/DISTRIBUIÇÃO: Daiane Fausto dos Santos
IMPRESSÃO: Inforgraph, Gráfica e Editora
TIRAGEM: 3.500 exemplares



Canoa de Tolda - Sociedade Socioambiental do Baixo São Francisco
CNPJ 02.597.836/0001-40
Sede - R. Jackson Figueiredo, 09 - Mercado - 49995-000 Brejo Grande SE
Tel/Fax (79) 3366 1246
Alagoas - R. Mestre Francelino, 255 - Centro - 57210-000 Piaçabuçu AL
Tel (82) 3552 1570
End. eletr.l **canoadetolda@canoadetolda.org.br** e **ygara@ygara.arq.br**
Internet **www.canoadetolda.org.br**

Apoio Cultural

Gráfica & Editora Inforgraph

UM PROJETO



Papel 100% Reciclado

SERGIPE

O Cinema que Rodava aí Pelos Interiores

De povoado em povoado, ia Manoel do Cinema no fusca azul, passando seus filmes, alegrando o povo

Imagem do fundo: Cine Beira Rio no Povoado Bonsucesso - Foto: Carlos E. Ribeiro Jr.

A TV de cristal líquido, grandona, quase um telão, alumeia a sala. No móvel, pilhas de filmes: a grande maioria de faroeste ou cangaço. A casa fica na Paciência, antigo povoado e hoje um bairro de Piaçabuçu, já na praia, banda de Alagoas. É onde mora hoje o Manoel Relojoeiro - com banca nas feiras de Piaçabuçu, Brejo Grande e Ilha das Flores - que já foi conhecido como Manoel do Cinema. É coisa de quinze anos para trás, mode as mudanças dos tempos: ..."*eu pensava que as coisas não mudavam, mas mudou tudo...e dinheiro eu ganhei passando o cinema nesses povoados de Alagoas e Sergipe...mas veio a parabólica, e ai acabou tudo...*"

Manoel Tavares Santos, está no RG, cinquenta e um anos, nascido e criado no Girau do Ponciano, Alagoas, se lembra bem quando viu pela primeira vez um cinema. Era um frangote com doze anos, foi num dia de segunda feira, e desde então ..."*me aviciei com esta coisa de cinema...e u barria o salão para Zé Afonso, o Zé do Cinema, para poder, pela noite, assistir...e era direto...até que meu pai um dia soube, e quase me deu uma pisa...que eu num pegava numa vassoura para barrer em casa, e tava ali, arrumando o salão para o velho...*" Mas a mãe do menino, vendo o interesse, passou a deixa-lo acompanhar Zé do Cinema pelos interiores. Começava assim a peleja, de povoado em povoado, o velho e o menino, socados no fusca azul, topado de tralha até o teto: o pano da tela, o som - que também servia para a propaganda - , a tábua para pregar os cartazes e um projetor RCA de 16 mm. Os filmes, um por semana, eram alugados primeiramente em Maceió, e depois em Aracaju, com o velho Mauro, perto da Rodoviária Velha. "*a gente alugava a fita, que vinha com um cartaz grande, que se colocava na tábua, na entrada do salão, e uns quatro, seis cartazes menores, com a ação do filme. Era um por semana, de dia de terça a dia de terça. E o povo gostava, meu irmão, como gostava... O que fazia mais sucesso? Os filmes de Teixerinha, o Coração de Luto; filme de Tony Vieira, de Alex Prado; tinha o do Sérgio Reis, o Menino da Porteira, e todos os filmes do Franco Nero...do Giuliano Gemma, o que dava mais era Sela de Prata; Zé do Caixão, e filme de cangaceiro...*"

Foto: Carlos Eduardo Ribeiro Jr.

Girau, Campo Grande, Olho d'Água, Olho d'Água da Seca, Lagoa da Canoa, Munguengue, Escuriais, Nossa Senhora de Lourdes, Mombaça, Gararu, iam passando nas viagens do fusca azul, de um lado e de outro do rio São Francisco. Era chegar, armar tudo no salão, numa igreja ou numa escola, e sair pelas ruas fazendo a propaganda com a corneta de som. "*...em Traipu tinha o Cine Margarete, que na verdade era um salão montado para cinema... o dono alugava para nós...a vinte e cinco por cento da bilheteria, mas tinha tudo: a tela, os assentos, tudo certo...era chegar e montar tudo...e o povo fechava...como era bom...mas a gente fazia tudo pelo amor que tinha pelo cinema...*"

Manoel dá uma parada, a pilha de DVDs no colo, chega a esposa, com o filho mais novo, mal começado a andar e passa para o colo do pai. O garoto parte para cima dos DVDs. Será mais um doido por cinema? ..."*difícil, essa garotada num conheceu isso, de ter uma tela grande, um som bonito, a sala grande, escura..hoje tem internete, abaixa filme, acabou...*".

De fato, veio o moderno, a televisão foi chegando às brenhas, vídeo-cassete, locadoras, parabólicas e o DVD. Não havia mais como Manoel do Cinema continuar na estrada. Quando a coisa começou a ficar esquisita, ainda com o cinema rodando, pelo dia comercializava os relógios, até que parou de todo, virou Manoel dos

Cinema era para todos, já que não tinha televisão, dvd, essas coisas...

É verdade. No Baixo São Francisco, em praticamente todas as sedes de município, funcionava ao menos uma sala de cinema e, em alguns casos, mesmo duas. Penedo, com, os cine São Francisco e Penedo; Neópolis, com o cine da Textil, Propriá, Colégio, Traipu, Pão de Açúcar e Piranhas. Além disso, o cinema era uma diversão popular: todos tinham acesso. Um exemplo? O finado Abel aleijado, piloto da Luzitânia por dez anos bem dizia: "era topar no porto de Propriá, acertar tudo, tomar um banhozinho, se ajeitar, chamar as meninas ali por perto - dinheiro tinha, na trouxa na tolda - e assistir uma fita no cinema...pense numa coisa boa" Com a chegada da televisão muita coisa mudou, piorando, para os cinemas, com a história do videocassete. O DVD, então, foi o tiro de misericórdia. A grande maioria das salas de cinema das margens de Sergipe e Alagoas está caindo aos pedaços, ou nas mãos de igrejas evangélicas.


Cine Penedo

Foto: via Internet/www.ecoviagem.com.br

Canoas de Tolda no Rio de Cima

Até o início da década de 70, ainda havia o movimento de canoas até o Rio Grande

Estando em Barreiras, BA, por ocasião da plenária do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, fomos visitar a Casa de Cultura do município e nos deparamos com reproduções de fotos raras - e desconhecidas por nós - que atestam a importância das canoas de tolda, além dos vapores, na navegação de longo curso também no rio de cima.

Por grata coincidência, o diretor de cultura lá se encontrava, o Bosco, que ao saber das atividades da Canoa de Tolda não se conteve e disse: "*...rapaz, meu pai era canoeiro, de Propriá, e minha mãe de Penedo...a canoa fazia linha de Juazeiro da Bahia para cá...*" Barreiras está às margens do rio Grande, um dos grandes afluentes da margem esquerda do São Francisco. Na foz do Grande se encontra cidade de Barra. As canoas faziam o movimento entre Juazeiro e Barreiras, carregando madeira, lenha, cerâmica, tijolos, feijão, milho, arroz, animais, charque e passageiros. Como o regime de ventos é menos regular do que no Baixo São Francisco, muitas vezes, de rio acima, a navegação tinha que contar com a força humana para as varas, zingas, e, para alguns canoeiros com mais recursos, o reboque por outras embarcações motorizadas. A navegação tradicional viu seu fim em meados da década de 70, mas ainda hoje, como ouvimos de várias pessoas em Barreiras, está bem viva nas memórias de sua gente.

Foto: Carlos Eduardo Ribeiro/Canoa de Tolda, via Casa de Cultura de Barreiras, BA





Foto: Carlos E. Ribeiro Jr./ via reprodução Casa da Cultura de Barreiras



“IRIS RAIANE”
chata de 60 sacos

“E matar uma capivara gorda para assar é crime?”

Vendo por que tanto pegar um carangueja ovada ou pescar de batida quanto jogar esgoto no rio podem virar crimes ambientais

Adaptação de artigo de
CAIO LEMOS e GABRIELLA HAUBER / REVISTA MANUELZÃO - Maio 2008

Capturar um passarinho, pescar na época do do paradeiro, pichar um muro, deixar cair o óleo do motor no rio. Parecem ações diferentes, mas nem tanto.

Muita gente acha que o meio ambiente é apenas aquele natural, das matas, rios, lagoas, quando há ainda o ambiente urbano, feito pelo homem, e o cultural, que tem a ver com a história dos diferentes grupos. O meio ambiente é amplo e as possibilidades de danos a ele são várias. A partir de que momento um dano ao ambiente pode ser considerado crime?

A Lei de Crimes Ambientais, de 1998, reuniu, de forma organizada, delitos que estavam em diversas legislações, facilitando sua aplicação. “Ela tipificou detalhadamente os crimes ambientais e tenta estabelecer condutas proibidas, crimes, sob ameaça de penas, visando preservar as boas condições de vivência em todos os ambientes”, afirma o professor da Faculdade de Direito da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), Fernando Galvão. A lei especifica crimes contra a fauna, flora, patrimônio público e cultural, ordenamento urbano e administração ambiental.


Foto: Porto de Gararu/Carlos Eduardo Ribeiro Jr. / Canoa de Tolda

Rio agredido: poder público e cidadãos, todos fora da lei.

Mesmo com a legislação organizada, é difícil lidar com crimes ambientais. A assessora jurídica da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (Amda), Christina Chiodi, mostra: “existe a possibilidade de cortar uma árvore, desde que seja dentro do que a lei permite”. Galvão diz que um crime precisa ser uma conduta socialmente relevante para implicar em reação do Estado, como prisão, serviço social e multa, a mais comum de todas, e não apenas uma conduta moralmente reprovável, como jogar um lixo no chão, ou um pneu no rio. “O crime tem de ter uma dimensão que justifique uma resposta grave e essa dimensão nos exige um esforço de interpretação”. É necessário analisar a quantidade de interferências e o impacto que elas juntas produzem no ambiente, porque, separadas, talvez pareçam algo simples, sem importância.

O presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais, Mário Werneck, afirma que “os danos cometidos em regiões de proteção permanente determinadas pelo SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Consevação (do governo federal), quer seja por pessoa física ou jurídica, já se constituem crime”. Ele completa, que “uma das maiores conquistas da Lei de Crimes Ambientais foi atribuir responsabilidade penal à pessoa jurídica, ou seja, às empresas”. Há ainda agravantes que podem aumentar a pena do infrator. Se a pessoa cometer uma série de delitos, o somatório caracteriza um crime de mau maior, que requer uma punição mais rigorosa.

Em Santa Luzia, região metropolitana de Belo Horizonte, é fácil encontrar cercados próximos ao Rio das Velhas (afluente do São Francisco) para a criação de gado ou mesmo cultivos, o que é proibido por lei. Mário Werneck acredita que, se a população local tivesse consciência daquilo que pode ser feito, a fiscalização seria facilitada, pois as infrações seriam denunciadas ou nem sequer seriam cometidas. “Nós estamos numa batalha pela sobrevivência de milhares de seres que não têm procuradores legalmente constituídos, que são os peixes, os animais, as florestas, que precisam de alguém que os defenda, e o Estado sozinho não pode fazer isso”, diz Werneck.

Christina Chiodi constata que há casos em que degradar o meio ambiente é a única forma de sustento para muitas famílias, tornando a punição ainda mais complicada. Como julgar um homem que tem na captura de pássaros de uma espécie em extinção a única forma de ganho? Muitas vezes a pessoa nem sabe que está cometendo um crime, que está tendo uma atitude ambiental relevante e prejudicando todo um ecossistema. É por isso que se faz importante a criação de oficinas e projetos que visem dar alternativas de renda a essas pessoas, e não apenas torná-las cientes de suas ações. Preservar o ambiente também pode significar cuidar do social, melhorar a vida das pessoas.Já outras vezes, tem-se a responsabilidade ambiental, mas sem esclarecimento. “ Frequentemente recebemos denúncias que não são exatamente crimes ambientais, como de um morador denunciando o vizinho que cortou uma árvore no quintal”, afirma Christina.

Mas uma pergunta se faz necessária: o modelo de licenciamento em vigor no país não estaria tornando legais procedimentos e ações que seriam ilegais? Por exemplo: empreendimentos e projetos licenciados em margens de rios, que são locais definidos como Área de Preservação Permanente, e teoricamente, protegidas por lei. Isso pode?

Conheça mais o Projeto Manuelzão em www.manuelzao.ufmg.br

Imagem do fundo: esfola da capivara/foto de Carlos Eduardo Ribeiro Jr./Canoa de Tolda

O lavrador “criminoso”: impunidade ou exagero?

Em 2000, em Planaltina, no Distrito Federal, ocorreu um fato que mostra como é complicado o julgamento de um caso de crime ambiental. O lavrador Josias Francisco dos Anjos, de 55 anos, foi preso em flagrante quando raspava a casca de uma árvore em uma Área de Preservação Ambiental, a 44 km de Brasília. Josias fazia isso há dois anos, quando descobriu que o chá da casca de uma espécie chamada almesca (que ocorre no Baixo São Francisco), rara no cerrado, melhorava as condições de saúde de sua mulher, Da. Erodiltes Guimarães, que sofria de doença de Chagas.

Na época, o juiz responsável pelo caso trocou a prisão por uma pena alternativa: o lavrador deveria plantar cerca de cem mudas, para compensar o dano causado ao ambiente. Ao mesmo tempo em que, nesse caso, uma prisão é algo pesado, a falta de qualquer punição poderia significar a legitimação de um ato que, independente de quem o faça, é, sim, crime.

Em época de rio sêco, a água está esbrangindo, melada

A inversão do ciclo natural do rio São Francisco, pelos seus gestores, permanece, prometendo conseqüências imprevisíveis

“ *Mas, menino, eu agora que plantei uma rocinha na várzea, logo no São José, tirá um milhinho no São João, e o rio tá subino...tá tudo mudado...agora é tempo de rio sêco, de água já voltada...a roça bonita, uma lindeza, e vou perder tudo....*” esse discurso, entre o revoltado, incrível e conformado é o que se ouve dos últimos resistentes que plantam pelo regime (já tão deixado, longe) das vazantes. Um sistema natural hoje eliminado, dominado, pelos já falados “pilotos dos destinos do rio” (*ver A Margem Mar/Abr 09*).

Mais uma vez, no mês de maio último, por se encontrarem cheios os reservatórios de Sobradinho (atingiu a cota dos 100%) e Itaparica (chegou a mais de 99%), decidiu a CHESF por aumentar as vazões abaixo de ambos (incluindo o Baixo São Francisco) a volumes que chegaram perto dos 3.000 metros cúbicos por segundo. Em Propriá, em razão das fortes chuvas locais, que fizeram correr os riachos, a vazão passou um pouco mais. Este quadro é completamente incompatível com o regime natural do São Francisco, e coloca em evidência também a questão - até hoje foi não devidamente discutida - das inúmeras barragens construídas em diversos perímetros irrigados, que em virtude da dinâmica atual do rio, apresentam problemas de drenagem.

Assim as águas correm: o IBAMA, que deveria ser o primeiro a se manifestar, os órgãos ambientais de Sergipe e Alagoas e as prefeituras municipais do Baixo São Francisco, não vieram a público para, claramente, se posicionarem sobre tão grave fato.

Também a sociedade civil (sobretudo agricultores, pescadores, enfim, todos os que dependem, mesmo em parte, da saúde do São Francisco), lamentavelmente, se fazem silenciosos, não ocupando o indiscutível e precioso espaço que lhes cabe na discussão sobre como deve ser o rio.

Resta, aos prejudicados, fazer as contas dos prejuízos, que não são poucos, que vão se somando à uma contabilidade que foi iniciada há muito tempo atrás, desde a construção do grande reservatório de Sobradinho. Uma conta com um saldo negativo incalculável (contra os ribeirinhos), que o Governo Federal e os “pilotos” insistem em ignorar.

Acompanhe as vazões do São Francisco em www.canoadetolda.org.br

Foto: Carlos Eduardo Ribeiro Jr./Mar 08 - Região de Piaçabuçu, AL

Barragem de Pão de Açúcar - seremos holandeses?

Políticas públicas insensatas para o Baixo São Francisco amiúdam perspectivas de um futuro melhor

PAULO PAES DE ANDRADE - Prof. da UFPE/Sociedade Canoa de Tolda
colaborou CARLOS EDUARDO RIBEIRO JR. - Sociedade Canoa de Tolda

Não bastando a questão da transposição do rio, assombra o baixo São Francisco o projeto de mais uma barragem, desta vez em Pão de Açúcar. A história deste empreendimento deve ser divulgada para que todos que moram na região percebam a gravidade da situação. O tempo passa ligeiro.

Quando Xingó foi projetada na década de 80, a idéia era instalar um número maior de turbinas (dez) de geração de energia: operam hoje apenas seis. O problema era, e ainda é, que se todas as turbinas projetadas, e uma vez instaladas, operassem ao mesmo tempo, Piranhas, Pão de Açúcar e todas as comunidades neste trecho do rio e ainda abaixo como Mocambo, Jacarezinho, Ilha de São Pedro, Araticum, além das terras cultivadas das várzeas por um longo trecho do baixo São Francisco, seriam alagadas ou sofreriam graves danos pelo enorme volume de água, sem falar na questão ambiental.

A CHESF - Cia. Hidro Elétrica do São Francisco, fez o estudo, então, para a construção de uma barragem perto de Pão de Açúcar para conter as águas liberadas por Xingó, permitindo a sua vazão constante. Para esta nova barragem foi feito o levantamento da região, de todos os moradores de Piranhas a Pão de Açúcar nas margens do rio e nos afluentes: o que faziam e o que ficaria inundado depois da construção da barragem. Em 1986, o estudo foi concluído, mas a situação econômica no país, atrasou a construção de Xingó - concluída somente em 1994 sem ter todas as turbinas instaladas -, e deixou, até o momento, a barragem de Pão de Açúcar apenas no papel. É interessante notar que já neste estudo, além de controlar a vazão de Xingó, Pão de Açúcar também seria geradora de energia (cerca de 330 MW no projeto da época).


Mato da Onça - Pão de Açúcar, AL

Imagens: Arquivo Canoa de Tolda

Com o aumento da demanda de energia elétrica, a partir de 2000 - lembremos que o São Francisco passava por grande crise de escassez de água pós-barragens - , o governo federal voltou a especular o aumento da geração de energia, incluindo a barragem de Pão de Açúcar. Assim, a ideia do projeto foi retomada seguindo a prática da não-participação popular em questão de tamanha importância para as populações do Baixo. E, de fato, a história toma ares de coisa secreta: o estudo original seria refeito, e a CHESF, junto com a empresa contratada Odebrecht, começou a refazer o levantamento - o chamado *inventário* do potencial hidro-energético. Isso foi em 2004, conforme consta na comunicação aos sócios acionistas da CHESF: *(www.chesf.gov.br/popup/pop_relatorio_da_diretoria2004.htm)*. Dado surpreendente: resultados de um estudo destes podem ser mantidos em segredo até sua conclusão, quando só então são depositados na ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica e disponibilizados no CEDOC - Centro de Documentação da agência. Segundo a CGU - Controladoria Geral da União, que fiscaliza os gastos de dinheiro público do país, **"estes estudos de inventário foram concluídos em março de 2004 e entregues à ANEEL para análise. Em 22.12.2004, a ANEEL encaminhou à CHESF e CNO (Odebrecht), Ofício nº 042/2004- SGH, solicitando complementações aos referidos estudos, que estão sendo providenciadas"** *(http://www.cgu.gov.br/Publicacoes/BGU/2004/Volume4/0276%20%20Gest%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20de%20Energia.pdf)*.

Ao final de 2006, a Canoa de Tolda foi ao CEDOC da ANEEL em busca de informações sobre este estudo, mas nada ali constava. Em 2009, voltamos ao CEDOC e, para nossa surpresa, havia apenas um documento com o nome da CHESF no banco de dados! A ANEEL exige um procedimento burocrático para protocolar o pedido de informações e vem, assim, se esquivando de tornar inteiramente públicos os dados para uma análise realmente atualizada deste projeto tão polêmico. Curiosamente, esta barragem não está no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica - período 2006 - 2015 *(www.abrage.com.br/legis/PDEEfim.pdf)*. Por isso, a análise que se faz agora é baseada nos dados do relatório do estudo de 1986 e em informações obtidas no **Relatório Final da Analise do Empreendimento Pão de Açúcar com identificação de estudos, custos, benefícios, problemas e prioridades**, projeto coordenado por João G. Lotufo Conejo para o **GEF** (sigla em inglês de Fundo Mundial do Meio Ambiente, das Nações Unidas) São Francisco, e concluído em setembro de 2003 para a ANA - Agência Nacional de Águas.

A barragem de Pão de Açúcar, no projeto localizada próxima à barra do Riacho Grande (acima de Pão de Açúcar), se construída, formará um lago que inundará todas as antigas lagoas e várzeas plantadas até Piranhas, adentrando ainda em trechos de riachos. O nível da água subirá, aproximadamente, vinte metros no pé da barragem, que terá trinta metros de altura, afetando todos os povoados da margem como Bonsucesso, Ilha do Ferro, Mato da Onça, Curralinho, Jacaré, dentre os principais e, sobretudo, Piranhas de Baixo. Segundo o estudo da CHESF de 1986, a barragem alagaria 13,6 km2 de terras de plantio nos municípios de Piranhas e Pão de Açúcar, AL e Canindé do São Francisco e Poço Redondo, SE, atingindo uma população (1986) de 3216 habitantes. Ora, de 1986 para cá as margens do rio, de Piranhas a Pão de Açúcar, estão muito mais habitadas e agora possibilitam o sustento a agricultores que antes pescavam ou plantavam nas lagoas de arroz. As comunidades estão mais estruturadas, numerosas, há muitos assentamentos além de um tráfego considerável de lanchas, tanto ao longo do rio como de uma margem a outra, ligando estas comunidades e elas a Pão de Açúcar. O lago previsto no projeto, na verdade, cobrirá a terra que agora dá o sustento aos moradores das comunidades ribeirinhas. O plantio nas terras altas e distantes da calha do rio exige recursos grandes para irrigação, que poucos podem pagar. Além disso, um lago adentrando riachos e grotas provoca mudanças nas atividades as mais simples: os deslocamentos das populações (por seus trilhos, varedos e rodagens) entre as diversas comunidades e o violento *remanejo* das pessoas para um prometido "*lugar bem melhor e com muitas vantagens*".


Pesadelo diário: imaginação do lago da barragem de Pão de Açúcar - Mato da Onça - Pão de Açúcar, AL

Fotos: Carlos Eduardo Ribeiro Jr./Canoa de Tolda

Os prejuízos ambientais, como a inundação de áreas de caatinga, o aumento das "marés" artificiais na região, uma ainda maior retenção de sedimentos vindos unicamente dos riachos afluentes abaixo de Xingó, destruição de flora e *habitats* do remanescente da fauna local, mudanças irreversíveis no ecossistema da região, etc., também incalculáveis, provocados pelo Projeto Pão de Açúcar, deixariam ainda mais pardo o atual quadro do Baixo São Francisco.

Veja na internet:
www.ana.gov.br/gefsf/arquivos/ResumoExecutivo1-1A.pdf
www.fundaj.gov.br/docs/tropico/desat/infsaofr.doc

Piranhas: elevada à condição de Holanda do Baixo São Francisco

A Holanda, país europeu, tem boa parte de seu território abaixo do nível do mar. Para não serem inundadas, as áreas são protegidas por grandes diques. O que esta informação de geografia tem a ver com o Baixo São Francisco? Vejam pois o que está no relatório da CHESF de dezembro de 1986 (parece uma história do arco da velha, mas os "pilotos dos destinos" do rio são insuperáveis):

"Encontramos uma saída para preservar a parte baixa de Piranhas (ver anexo IV) - Vai ser a 1a. cidade holandesa de Alagoas, pois a parte baixa fica menor do que o NA (nível da água) do reservatório e é protegida por um dique"...

Seria uma saudade do domínio holandês em Penedo? Ou uma incarnação do espírito do príncipe Maurício de Nassau com sua visão de desenvolvimento para a região? Como se supõe que os moradores da futura Holanda Alagoana ainda não foram comunicados sobre o novo título, seria interessante saber o que acham desta surpreendente honraria.


Maurício de Nassau, representante da coroa holandesa no nordeste, 1637/1644

Foto do fundo da página via CBHSF - Imagem simulada a partir do projeto constante no relatório CHESF - Projeto Pão de Açúcar 1986 - Localização Alternativa E

Imagem do fundo: Porto de Penedo, idos de 1630

Fazendo acontecer "De Barra a Barra"

Falar de canoas, de canoeiros, do movimento e da vida na margem, é algo muito próximo das pessoas aqui no Baixo São Francisco. E por que não possibilitar que os próprios canoeiros contassem essa história, na popa da canoa, no veio d'água, durante uma viagem da foz ao sertão? Assim foi a idéia original do documentário "De Barra a Barra - Pelas Carreiras do Sentido Deixado" que, em breve, será exibido na margem pelo Cine Beira Rio- Cinema Itinerante do Baixo São Francisco. Talvez a melhor parte do projeto. Vejamos então, como chegamos até ali, o filme no telão, sendo mais uma atração nas noites dos povoados.

Obtidos os recursos via Edital do DOCTV (*ver A Margem Mar/Abr 2009*) o real apareceu e com ele os compromissos naturais: etapas a serem cumpridas, prazos, padrão de qualidade, etc.. Além das exibições aqui no Baixo, o "De Barra a Barra" também passará em cadeia nacional de TV e, possivelmente, em emissoras de outros países. É responsabilidade grande, pois assinado o contrato, o relógio começa a contar. E, para que nada gorasse - mesmo sabendo que ocorrem imprevistos - um planejamento sério considerou cada detalhe: desde custos/consumo de cada item, como o querosene para os lampiões de bordo da Luzitânia, aos pontos do percurso onde poderíamos carregar as baterias das câmeras e rádios de comunicação, passando pelas refeições que seriam servidas tanto em terra, por colegas participantes do projeto em diversos povoados, como a bordo, preparadas pela tripulação da canoa. Por esta razão, e como em qualquer produção (*produção: conjunto de atividades que compõem a filmagem*), o projeto foi dividido em três etapas principais:

A primeira, a pré-produção, é a preparação de tudo a ser feito antes da filmagem, para que esta ocorra perfeitamente. Mesmo com grande conhecimento da região, das pessoas que participariam do projeto, além da navegação com a canoa Luzitânia, não seria possível qualquer erro. Custaria, além do prejuízo financeiro, o sucesso do documentário. Por esta razão refizemos, mais uma vez e logo antes da produção, todo o percurso em nossa lancha de apoio. Conferimos as carreiras por onde a canoa passaria com segurança, sem risco de danos (não temos seguro); confirmamos todos os pontos de apoio (a comunicação na região é muito precária), e fizemos alguns ajustes no roteiro original de filmagem. Foram três dias (ida e volta) de Brejo Grande, na foz, até Piranhas. Em Brejo Grande, o restante da equipe prosseguia com os preparativos, incluindo uma revisão geral na canoa Luzitânia.

A segunda etapa, a produção, teve início no dia 19 de novembro passado, com a reunião de todos os membros da equipe, na véspera da partida. Mas, três dias antes, começamos a carregar a canoa com equipamentos, víveres não perecíveis, combustível para a lancha de apoio, material de cozinha e apoio, primeiros socorros. Éramos oito embarcados, incluindo Mestre Aurélio de Janjão, que seria o piloto da canoa e principal personagem. Havia algum receio a respeito da harmonia a bordo, pelos dez dias, juntos durante 24 horas em um espaço limitado: o risco de atritos de relacionamento era real. Mas, a interação de tripulantes e equipe de filmagem foi exemplar, com todos se ajudando e se esforçando para fazer o melhor. Do início da viagem, na foz do São Francisco, até o término, em Piranhas, foram dias perfeitos, onde um pouco de tudo aconteceu além daquilo planejado, o que contribuiu para melhorar o documentário. A opção de rodar todo o filme na água (foi difícil) buscou mostrar a visão dos canoeiros, com o rio e seu entorno vistos de dentro para a margem, em movimento, sobretudo.

Em Piranhas, foi feita a *desprodução* da etapa: organização do material gravado (vídeo e audio), desembarque de parte da equipe, conferência de materiais, equipamentos, compra de itens e preparação da canoa para a viagem de descida (rebocada pela lancha de apoio). Saímos de Piranhas no dia 30, cedo, parando para pernoite e repouso no Mato da Onça, chegando a Brejo Grande em 2 de dezembro. No porto, a parte final, ingrata, da peleja: descarga da canoa, conferir todos os itens, limpeza geral e manutenção de equipamentos, na embarcação, transporte e arrumação na sede.

Chegamos então à pós-produção, a terceira etapa da realização do documentário. Aqui todo o material gravado é verificado para a escolha das imagens e áudio que irão compor o filme finalizado. Sendo a gravação digital, não há filme, os arquivos são transferidos para um computador especialmente configurado para esse trabalho: é a *ilha de edição*. No "De Barra a Barra" foram 35 horas de gravação, mas, pelo edital, o filme pronto deveria ter exatos 55 minutos. Trinta e cinco horas que serão menos do que uma. Não é fácil. Tem-se que selecionar muito bem o que há de melhor, para que tudo se ajuste com a idéia original, e ainda assim muita coisa boa sobra.

O trabalho da ilha de edição, feito com um especialista, o editor (além de operar máquina e programas de edição, tem a experiência de como ajustar melhor uma passagem de cena para outra, a entrada de um som, trilha sonora, etc.) também exige planejamento: é o *plano de edição*. Para montar o filme, foram 18 dias líquidos de trabalho, e até chegarmos ao resultado final, foram feitas duas versões intermediárias do filme: os *cortes*. Com a experiência de outros projetos, demos início ao trabalho com material selecionado que somava hora e meia das 35 horas gravadas. E assim, gradativamente selecionando e eliminando, chegamos aos 55 minutos do filme finalizado.

É hora da trilha sonora, um dos elementos mais importantes do filme, reforçando o poder das imagens, e coerente com a idéia geral do filme *(veja o quadro)*. Após a gravação, a trilha passa às mãos do editor de áudio, que corrige problemas de gravação (trabalho também feito na ilha de edição, pois o áudio é digital), e a prepara dentro das especificações do filme. Com a trilha pronta e finalizada, o editor tinha os arquivos para a montagem definitiva. O filme estava pronto.

Quero-quero gritando, água passando, maroada batendo: tudo é a música da margem

No De Barra a Barra, todos os sons da margem, incluindo as zoadas da canoa (rangidos, os panos batendo com o vento, a água correndo no casco) seriam não só fonte de inspiração mas também parte da trilha sonora e marcadores dos tempos das músicas, unicamente instrumentais. Isto foi apresentado aos colegas Jasiel Martins e Ninho Nunes (músicos do grupo Trilhas, de Piaçabuçu, AL), assistindo uma versão inicial do filme, pois seriam indicados os locais onde haveria ou não a presença da trilha sonora. A partir daí, ambos tiveram total liberdade para a criação e arranjo dos temas. Em poucos dias tínhamos um belo resultado, permitindo gravar a trilha em apenas um dia de estúdio, em Aracaju, contando ainda com a participação do jovem Leninho,com 12 anos, pifeiro, como seu pai e irmão mais velho, da Paciência, em Piaçabuçu.



Imagem da produção do documentário De Barra a Barra - série DOCTV - Foto: Paulo Andrade

Foto: Paulo Paes de Andrade

